SANDRA BENITES GUARANI NHANDÉWA

POVO:

GUARANI NHANDÉWA

NASCIMENTO:

1986

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**DOUTORANDA PELA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, (PPGAS/
MN/UFRJ)**

HISTÓRIA DE VIDA

Minha família sempre morou em Iguatemi (MS). Meu pai, Santo Amaurilio (Kaiowa), nasceu em Amambai, foi para a aldeia Porto Lindo. Minha mãe, Alexandra Benites (Nhandéwa), nasceu na aldeia Porto Lindo, cidade de Iguatemi. Nasci em Porto Lindo. Meu ex-marido, Vicente Samaniego, é Guarani Nhandéwa. Temos quatro filhos: duas meninas e dois meninos. A mais velha está com 26 anos e o mais novo tem 18.

Cheguei no Espírito Santo (ES) em 2000. Levei três filhos. Cheguei lá grávida do menino mais novo. Ele nasceu em 31 de janeiro de 2001 e foi o único filho que eu tive no hospital. Os outros três foram de parto em casa. Quando cheguei na aldeia Boa Esperança, comecei como agente de saúde comunitária, indicada pelas próprias lideranças, por isso meu filho nasceu no hospital. Para mim não foi experiência boa. Estava sozinha, não tinha acompanhante. Na aldeia foi mais tranquilo, porque a avó, a família e o marido acompanharam o processo de parto. No hospital eu me virei sozinha. O marido estava trabalhando na hora que começou o trabalho de parto, só foi depois que ele nasceu. Ele foi no carro que era da saúde, da FUNASA; foi um médico acompanhando até o hospital. Mas depois que entrei na sala de parto, só tinha uma enfermeira e havia oito mulheres grávidas. O médico só veio na hora que o filho nasceu. No nosso costume não é legal ficar sozinha na hora do parto. Trabalhei no Espírito Santo durante 4 anos, de junho de 2000 até 2004.

SER MULHER

A mulher indígena não tem muito destaque. Muitas vezes não se fala das mulheres porque, em geral, a maioria são os homens. Mas

a gente precisa se destacar, porque é a mulher que sai mais para a luta. A mulher Guarani é respeitada dentro da comunidade, no costume, no ritual. Quando vem a primeira menstruação, tem aquele ritual de ficar em casa. Em cada menstruação ela fica no cantinho. Quando ela começa a trabalhar, isso não é visto, não é respeitado porque o próprio sistema diz que não pode descansar. No nosso costume, tem que parar de trabalhar, mas na sociedade nacional não há este espaço para descansar quando menstruada. Por ser mulher, não consigo entender que, quando vai estudar fora, tem que deixar o filho pequeno. A gente é obrigada a deixar os nossos filhos. Na aldeia, quando a gente tem o filho pequeno, o levamos e todo mundo cuida. O cacique nos incentiva a levar nosso filho. Mas na sociedade branca, a gente não pode levar o nosso filho. Isso é em todo o lugar, no trabalho, na universidade, na escola. Quando podia levar o meu filho, eu levava. Levei em Brasília no evento da Articulação de Mulheres Brasileiras, em 2010.

Havia 600 mulheres e só ele de criança. A gente ficou no alojamento com várias mulheres. Ele ajudava, levando a meia, a toalha, para as mulheres. Agora ele tem 18 anos. É inteligente, não tem essa visão preconceituosa com as mulheres nem os homens. Tinha duas lésbicas se abraçando e havia outra criança não indígena que ficou assustada, mas o meu filho agiu naturalmente. E até hoje ele é assim, tudo ele vê como natural. Ele aprendeu, sabe conviver e perceber a diferença do outro como normal. Ele sempre andou muito comigo. Nesse mundo complexo, ele enxergou isso como normal. Quanto a mim, tenho dificuldade de compreender essa limitação para as mulheres. As mulheres que têm filho são limitadas. Sempre fico me perguntando, me questionando sobre isso.

Falando do nosso movimento de mulheres Guarani, temos a nossa forma de nos organizar. Por exemplo, quando a gente vê algo que

não está sendo contemplado na política ou na reunião, em qualquer situação, as mulheres se juntam, formam um lugar de fofoca, mas não é só para fofocar, é para se unir, fortalecer. Elas se juntam para escolher uma porta-voz neste momento. Nesse grupo que a gente se junta para fofocar não tem limite de idade, vai de menina nova até velha. A gente se reúne para reclamar de tudo: do filho, do marido, dos caciques, das aldeias. Mas é nesse lugar que chegamos à conclusão de quem vai ser a porta-voz. No ES, fui escolhida para ser a porta-voz. Sou a escolhida porque falam que sou a mais corajosa. Eu transito nesses dois mundos, circulo muito nas aldeias, e elas me veem como corajosa. Me veem como referência e querem também seguir o mesmo caminho, para estudar, fazer essa luta, essa militância, se inspiram em mim. Sou muito a favor desse lugar da fofoca, que é um lugar de alegria onde acontece de tudo. Às vezes ocorre uma situação de uma mulher que não está bem com o marido, está sofrendo uma violência. Num caso desses, a gente chamou a mulher, mas o marido não a deixou ir. Os homens sabem que o lugar de fofoca é o lugar de poder, de política das mulheres. O marido não queria nos deixar ir, mas ia a filha mais velha dela. A gente usou a filha para ela se decidir a mudar de aldeia. Juntamos o dinheiro para ela sair daquela aldeia para outra. Ela ficou cinco anos na outra aldeia e arranhou outro marido. Assim é a nossa forma de ajudar uma à outra. É assim a nossa organização enquanto mulher Guarani.

É possível e devemos ter direitos. São apenas mundos diferentes, uma política diferente. É só lidar com esses dois mundos. Construir esses caminhos, não ficar somente na cultura Guarani, e também ter uma profissão, como Médico, Biólogo, Dentista. Mesmo numa situação de conflito, é possível pensar a cidadania a partir de uma legislação que permita à educação escolar indígena trabalhar esses dois mundos.

ESTUDOS

Em 2003, ainda trabalhando como agente de saúde, fui fazer magistério. Fiz curso de formação de professores Guarani do Sul e SE. O curso se chamava Kuaa – Mbo'e. Viajava para Santa Catarina duas vezes por ano. Era um projeto do MEC e da secretaria dos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vinham professores destes estados para o curso. O meu sonho era ser Enfermeira, mas quando fui trabalhar como agente de saúde, vi que não tinha condições de atuar com a questão da saúde diretamente. Sou enjoada, não consigo olhar, tenho medo de cuidar das pessoas. A minha mãe é parteira, mas não tenho vocação para isso. Terminando o magistério em 2010 (diploma para dar aula da primeira à quarta série), comecei a fazer o vestibular para uma Licenciatura Intercultural Indígena, oferecida pela UFSC. Comecei o curso em início de 2011 e terminei no final de 2014. O diploma é para trabalhar dando aula de Educação Infantil ao Ensino Médio, mas direcionada para os indígenas. Em 2004 fui para a sala de aula mesmo não tendo o magistério, estavam precisando de professor e pude dar aula até 2012. Parei por causa do meu estudo. O curso de licenciatura recebeu bolsa permanência do MEC (R\$900) já no meio do curso. Antes de receber a bolsa e até o final do curso, quem pagava a passagem era a FUNAI. Na licenciatura, a hospedagem era por conta da própria universidade. O alojamento estava em reforma, então a UFSC, junto com o MEC, bancou a hospedagem durante o curso. Íamos quatro vezes por ano, cada etapa durava praticamente 25 dias.

Parei de ministrar aula em 2012 por causa da bolsa permanência. Fazia bicos de professora substituta que dá aula para criança. Depois de 2014 concluí a faculdade, fiquei sem bolsa, tive que

trabalhar com bicos, substituindo, dando palestra. Vim para o Rio de Janeiro. Em novembro de 2014 fui contratada para trabalhar na coordenação pedagógica no município de Maricá. Houve desavenças das equipes onde eu trabalhava e, para não ter conflito com isso, desisti. Fui chamada em 2010 para fazer parte de um projeto que se chamava “Observatório de Educação”, coordenado pelo Professor Ribamar Bessa, parceria UNIRIO e UFMG, coordenado por Ana Gomes. Fui aluna do Bessa no magistério. Vendo a minha dedicação à educação, ele me chamou para fazer parte desta pesquisa. Sempre lhe perguntava o que não sabia, por isso ele viu o meu interesse. Ele foi professor do magistério e também da licenciatura. Dei aulas sobre bilinguismo três vezes. Convidada para trabalhar como pesquisadora, ganhei bolsa da CAPES de R\$750 em julho de 2010, que parou por três meses em 2013 por causa da bolsa permanência. Ela foi renovada até 2016 mas parei em fevereiro daquele mesmo ano por conta do mestrado (bolsa CNPq).

A pesquisa do mestrado me ajudou muito. Viajei, fui a algumas aldeias, como Paratí, Bracuí, viajei para o MS para visitar a minha família, observar e entender melhor as coisas. A minha pesquisa sempre foi direcionada à identidade Guarani, como ela se constrói, a influência do impacto ambiental, o conflito pela demarcação de terras e como é influenciado.

A bolsa me ajudou muito, porque sou eu que tenho que escolher a pesquisa que quero desenvolver, então tive mais autonomia. Vinha muito ao Rio de Janeiro para falar sobre os Guarani nas aulas do professor Bessa. No final de 2014, precisava de um interlocutor para fazer a mediação entre a educação escolar indígena e a Secretaria de Educação. Podia estar nas duas porque a de Maricá era uma

prestação de serviços. Em Maricá trabalhei só de novembro de 2014 a dezembro de 2015.

Essas viagens atrapalharam muito minha relação com o marido. Ele cuidava das crianças e ajudou muito. Por eu ser mulher, tinha a responsabilidade de fazer tudo de uma vez. Eu chorava muito por deixar o meu filho pequeno. Quando comecei o magistério, o meu filho tinha dois ou três anos. Acho que o afastamento do meu marido foi por isso. Tinha que viajar para ver a situação de outros parentes, então não podia cuidar dos filhos. A cobrança sempre vem: ou você se dedica a seus filhos ou se dedica aos estudos. Os meus filhos já são grandes, o pai cuida bem deles, decidi sair e deixar eles tranquilos porque não dava para conciliar os dois. Se ficasse em casa cuidando dos meus filhos, não teria como seguir com estes estudos, então tive que optar. Mas não sou frustrada com isso. Eu sempre vou para casa e os meus filhos estão bem. Sempre que tenho uma folga, fico lá uma semana, um mês. Eu e o meu ex-marido nos damos bem. Tentamos não discutir pelo bem-estar das crianças e o nosso. Não dá para discutir por causa de objetivos diferentes. Ele não tem outra mulher. A gente não tem mais relação, mas somos amigos, a gente cuida bem um do outro. Não quero ter conflito com ele. Aos poucos a gente se acostuma com isso, enquanto o outro estiver tranquilo e aceitar que é doloroso. Ele disse que no ano que vem vai voltar para o MS. Ele quer seguir a carreira dele. É muito querido e se envolveu com a questão política. Já foi convidado para ser vereador, mas nunca quis. Agora ele quer se candidatar. Mas ainda não tem partido. Um antigo amigo dele foi prefeito no município de Japorã, acho que pelo PT. Pelo que estou vendo, os indígenas estão se aliando mais com o PSOL.

Na pesquisa do mestrado, continuei falando sobre o conhecimento Guarani e o processo de formação Guarani dentro da sua própria cultura, e analisei os impactos dessa identidade cultural. O objetivo é mostrar para as pessoas que não conhecem a questão indígena e esclarecer o impacto que sofremos pela falta de demarcação de terras, pelo fato de não ter terra boa, não ter mato. Já fiz isso desde a graduação e quero ampliar mais no doutorado. Na graduação falei sobre a infância Guarani e o processo dos elementos fundamentais para a manutenção da identidade Guarani: o jeito de ser, os rituais, a importância do ritual para as crianças, para a família. E como a escola não consegue lidar com este processo de ritual. Como se consegue discutir isso na escola, ou não(?). Então continuei com esse tema no mestrado com a Bruna Franchetto.

Meu plano é continuar falando sobre o meu povo para quebrar o preconceito das pessoas que não conhecem o nosso jeito de ser. Pretendo voltar a dar aula para jovens, trabalhar essa questão política do Guarani com este outro mundo dos não indígenas. Trabalho para fortalecer a identidade porque também é importante dialogar com outras culturas e outros movimentos.

No ano que vem quero fazer o meu projeto com jovens, com bolsa ou sem bolsa. Pretendo voltar para a aldeia Porto Lindo, onde há muitos jovens e poucos professores. Quero dialogar com os pais, os professores, fortalecer o ritual, o canto sagrado, o conhecimento. Não quero me candidatar como política. Quero formar os jovens de hoje para que eles encarem essa política. Temos que olhar essas duas faces, sem perder a identidade para se manter nessa política. Se o jovem não conhecer bem as suas origens, vai se perder. Você pode querer qualquer coisa, mas sem perder a sua identidade, para

manter o equilíbrio e manter a causa do povo da sua comunidade; a gente tem que saber defender. Prefiro formar estes jovens, mas não quero ser política. Não gosto de enfrentamento. E quando você está diante da política do branco, é um confronto completo. Ou você se cala ou você enfrenta. Eu não me calaria. Mas o jovem que está com essa formação de dois mundos, ele também pode buscar uma forma de dialogar, sem confronto.

Quero voltar para trabalhar, mas fazendo essas idas e vindas e também fazendo essa ponte, viver aqui e lá. O meu sonho é trabalhar com os jovens neste projeto. Há muito conflito, a demarcação das terras, e sofremos muita discriminação. Dentro da aldeia está muito tenso, tem muita gente no mesmo lugar. Quero continuar a minha pesquisa para poder entender e ajudá-los. No doutorado estou dando continuidade a esse projeto.

O POVO GUARANI NHANDÉWA

A aldeia Porto Lindo (Ywykatu – significa “terra sagrada”) foi demarcada mais ou menos em 2010. O rio Jacaré não secou, mas diminuiu o fluxo de água e já não tem mais mato. A cabeceira do rio fica nas fazendas. Atualmente não sei quantas pessoas habitam lá. O povo saiu de lá em 2000 e foi para o ES; na época, havia mais ou menos 3.000 pessoas. Eu fui para lá com o marido e os filhos, mas ainda tenho contato com os pais. Todo fim de ano vou visitá-los. Os filhos moram com o pai no ES. Morei na aldeia Guarani MbyaBoa Esperança, município de Aracruz. Fomos ao ES para visitar os parentes e acabamos ficando lá. No ES havia menos pessoas e no MS era muita gente. A terra no ES não era boa de plantar. Vivemos de turismo e artesanato. A reivindicação para demarcação começou em 2004. A área está sendo

demarcada e aumentou a terra. No ES são duas etnias: Guarani e Tupiniquim. Era mais tranquilo, porque havia menos famílias. Os filhos estudam lá mesmo, os meus formaram-se lá.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Eu tive pouco acesso a informações sobre a FUNAI. Desde o começo da minha caminhada, a FUNAI ajudou no magistério, nas passagens para ir e voltar, na alimentação. Houve alguma parceria e foi ótimo. Outra questão política eu não saberia dizer. A questão da demarcação da terra é uma coisa legal. O problema é quando envolve as pessoas, os próprios funcionários. Depende de lugar para lugar e também de funcionário para funcionário. Mas a FUNAI é fundamental para a demarcação, para conversar, fazer a pesquisa antropológica. Hoje pelo menos há muitos funcionários jovens que são formados, que são mais sensíveis para conversar. Mas sem dinheiro não vão fazer nada. Por outro lado, acredito que estes jovens que entraram agora estão mais dedicados, estão do lado dos indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) está fazendo denúncias, apoiando os índios para mostrar o que não está sendo mostrado. Tem um papel muito importante nessa luta, em todos os sentidos da formação e da informação.

A tutela vem ocorrendo desde muito tempo. Hoje que a gente não tem, é para nos intimidar de verdade, para nos controlar. Por isso que é bom que os jovens entendam estes dois mundos, para não serem tutelados. Assim, mesmo neste mundo que não é deles, vão saber dialogar e não ser tutelados. Você é tutelado quando não enxerga estes dois mundos. Meu projeto considera estes dois mun-

dos. Desde o magistério venho falando com os professores. Quero dar oportunidade aos jovens para discutir, dialogar. Assim diminuiria a tutela.

A legislação deve garantir a autonomia, porque nós somos capazes, apenas somos diferentes e não somos respeitados dentro da nossa diferença. Somos capazes sem abandonar a etnia à qual pertencemos. Principalmente em relação à natureza, porque para nós ela é sagrada. Se desenvolvêssemos o nosso projeto em relação à natureza, seria totalmente diferente desse mundo chamado de progresso.

Os movimentos das organizações indígenas ainda são muito limitados. Precisamos avançar mais, ser mais ativos, chamar mais, envolver mais os jovens que precisam ser motivados a participar. Geralmente quem participa mais desses eventos, manifestações, reuniões, são as lideranças. Precisamos nos organizar para colocar os jovens para participar, colocá-los à frente. A organização precisa encontrar uma forma de envolver mais, não limitar muito, mas se unir também. O importante é ter mais união, dialogar mais. A gente se conhece pouco entre nós indígenas. É bom dialogar para ter força, mais pressão sobre estes políticos. Sofremos muito racismo, discriminação, todo o tipo de violência. Isso vem da ignorância na maioria das vezes. A gente precisa falar mais, se movimentar mais, as organizações precisam se movimentar de outra forma, para ter um debate e organizar esse debate mais ativo.

PATRIMÔNIOS

Concordo com os pesquisadores, que conseguiram através das pesquisas, bem ou mal, que essas fossem utilizadas para a demarcação das terras, o resgate da cultura, língua e saúde. É importante ouvir e entender. Sem pesquisa ninguém vai entender.

Poucos pesquisadores falam sobre essa questão, então é possível trabalhar juntos para dialogar com esses dois mundos. Pode-se concordar ou discordar, mas cabe discutir sobre essa questão. Já as empresas agem como destruidoras da identidade cultural. Todos os povos indígenas que vivem na aldeia, nesse espaço onde tem terra, mato, rio, dependem dessa identidade. Se isso não é preservado, tudo vai junto com a destruição da natureza. As empresas que impactam o rio, o mato, os animais, também atuam contra nossa identidade cultural.

Eu faço colares de sementes, meus filhos fazem arco e flecha, chocalho de cabacinha. Essa é nossa economia, a gente vende para turistas. No ES, sempre volto lá, também sobrevivemos com isso. Lá a alimentação tradicional é milho, que não dá mais para plantar, então a gente faz artesanato para plantar alimentos. Não tem arroz, feijão. Para comprar a gente precisa ter dinheiro. Quem não tem salário faz artesanato. Só planta o que dá para plantar. Batata dá bem, mas varia de aldeia para aldeia. Principalmente os Guarani do Sul e Sudeste fazem muito artesanato. É uma forma de sobrevivência.

Estudei até a quarta série no MS.. Fiz o supletivo no ES em dois anos, vivendo de artesanato. Faço por prazer, como uma terapia. O indígena faz arco e flecha, os paus de chuva. Quando comecei o mestrado, fiquei parada um pouco. Quando fiquei um pouco doente, voltei a fazer artesanato, e como não tenho semente, faço com miçanga. Vendo, faço para as amigas. Longe dos amigos, dos filhos, das famílias, é deprimente. Participo de todos os eventos para não ficar muito em casa. Fico deprimida por causa disso. Ler e escrever mexe muito com minha cabeça, não é prazeroso, já o artesanato sim. Ler e escrever é desgastante, cansativo. Eu gosto, mas me dá cansaço. Antes de escrever fico tensa. Eu leio bem, in-

terpreto. Se eu tiver que escrever, não quero escrever de qualquer maneira e isso me deixa tensa. No papel está tudo bonitinho, mas como não existe na prática, isso me deixa angustiada.

O patrimônio tem que ser lembrado. A história, o jeito de ser, também é um patrimônio. Por isso é importante o pesquisador guardar a cultura e mostrar para outras pessoas conhecerem. Para isso sair de fato, ir além, circular nessa sociedade. Há o ritual dos homens, a relação com o rio; o das mulheres tem a ver com a água nascente. As crianças têm a ver com o milho sagrado. Isso é o nosso patrimônio, que deve ser sempre lembrado e reconhecido.

Eu aprendi muito no movimento da aldeia Maracanã. Quando comecei a licenciatura, já conhecia os Pataxó, eles cederam para eu descansar na aldeia Maracanã em 2008. Eu estava no magistério ainda. Ia para o Espírito Santo, passava dias viajando, ficava com pouco dinheiro, tinha que ficar o dia inteiro. Aí ficava lá e fui conhecendo, então eles me chamaram, conheci a Marize Oliveira, ela agora se autodeclara Guarani. Ficaram na aldeia Maracanã antes de ir para Camboinhas. Fiquei na casa da Marize em Caxias por um ano. Ela é professora, militante, coordenadora da CUT. Ela conseguiu a casa da Minha Casa Minha Vida no Estácio destinada para as etnias.

Eu tenho nos últimos anos atuado como curadora em museus. Fui curadora de exposições no MAR e no MASP. Eu acho que é preciso ocupar espaços para mostrar como o povo Guarani vê o mundo. Museu tem uma coisa positiva e outra negativa. O positivo é que ajudam a preservar a memória que muitas vezes a gente esquece. Quando vemos os objetos, começamos a relembrar aquilo que não se lembrava mais. A partir daí, é importante que seja discutida ativamente essa memória que estava guardada no museu. Eu acho

que o ponto negativo é que o museu guarda, mas não discute de modo constante. O museu tem que abrir essa porta para se movimentar, discutir com a comunidade como um interlocutor. Como hoje muda, como mudou, como vai transformar isto. Não é para tirar, mas debater como se vê isso hoje. Se guardar e ficar muito fechado, torna-se algo tutelado.